



UMA ANÁLISE DA SOCIEDADE ESCRAVA DA FRONTEIRA MERIDIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, ALEGRETE, ATRAVÉS DA SAÚDE E DA DOENÇA (1831 A 1850)

Carolina Bitencourt Becker¹

A intenção deste estudo é observar alguns aspectos da vida dos escravos da cidade de Alegrete, Rio Grande do Sul, de 1831 até 1850, no contexto geral da sociedade escravista brasileira, através de dados retirados dos registros de óbitos, como: causas morte, idade, época do ano e sexo do falecido. Pensar as relações sociais escravas pelo viés da Saúde e da Doença no Brasil é um tema recente. A História da Saúde, assim compreendida, é um assunto que vem chamando a atenção dos historiadores somente nas últimas décadas, aparecendo inicialmente como uma revisão das histórias da medicina e da saúde pública e depois como uma construção da história da cura e da doença (WITTER, 2007).

Uma das precursoras dessas novas abordagens foi a historiadora norte-americana Mary Karasch (2000), que estudou, em 1972, a vida dos escravos na cidade do Rio de Janeiro. Esta pesquisadora empreendeu uma descrição minuciosa de quem eram, do que faziam, de como viviam e morriam os negros que moravam no Rio de Janeiro, no período de 1808 até 1850. Para Ângela Porto (2006), o trabalho de Karasch é, até hoje, o mais completo estudo feito sobre a saúde dos escravos no Brasil.

São diversas as possibilidades de se estudar a escravidão tendo como campo de pesquisa a temática da doença e da saúde. A partir destes novos estudos é possível perceber como a escravidão era constituída: seu espaço, seus costumes, suas condições de sobrevivência, alimentação, salubridade, ofícios que desempenhavam, bem como os “diferentes tipos de relações que poderiam ser estabelecidas entre os que sofriam com a moléstia e aqueles que se dispunham a curá-la”,

¹ Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre. Bolsista: CAPES. Email: carolina.bitencourtbecker@gmail.com



podendo ser aqui um espaço de discussão das negociações entre “diferentes grupos que convivem em uma determinada sociedade”.²

Nesse sentido, estudos atuais vêm desmistificando ideias pré-estabelecidas no senso comum de que o escravo não teria autonomia para agir sobre si e seu próprio corpo. Por muito tempo, as terapias populares usadas também pelos negros, foram um dos principais tratamentos aplicados na população da colônia brasileira. Ao longo do século XIX, percebe-se que os escravos tiveram importância significativa em relação à história da doença e da cura. Pode-se afirmar, inclusive, que as práticas de cura no Brasil, ao longo de seus primeiros quatro séculos de história foram, antes de tudo, resultantes da troca das experiências terapêuticas entre europeus, índios e africanos.

A intenção é buscar uma perspectiva que aborde os escravos como seres humanos ativos e autônomos no seu processo histórico. Mas há de se ter um cuidado ao escrever sobre as transformações sofridas pela historiografia da escravidão. Dentro da análise da História Cultural e da micro-história, as atuais mudanças interpretativas nos levam a trabalhar com as diversas histórias da escravidão, dessa forma é possível apreender as suas especificidades em um país de culturas diversificadas, buscando na sua subjetividade a compreensão para cada momento vivido. O trabalho de Kátia Mattoso: *Ser escravo no Brasil* (1982) foi importante para a história da escravidão que começou a ser revisada pela historiografia. Nele a autora faz uma série de reflexões que mudaram muitos dos paradigmas da História Social do Brasil, e passou a ver o escravo como alguém com condições de manter redes de solidariedades, preservarem valores próprios e sua herança cultural.

A historiografia atual nos mostra que os escravos aproveitaram determinadas lacunas para conseguirem algumas vitórias, como melhores condições de vida ou até mesmo a liberdade. Porém, as concessões conseguidas eram atribuídas a relações de interesse de ambas as partes. João José Reis e Eduardo Silva (1989) nos trazem a ideia de que as concessões feitas pelos senhores aos seus escravos eram no intuito de controlá-los, bem como a aceitação dos escravos era no sentido de melhor viverem, ou sobreviverem.

Em relação à saúde, geralmente, os senhores usavam recursos locais, como curandeiros, feitiçeiros, boticários ou sangradores, para o tratamento das doenças dos cativos, mesmo as mais graves. Estes eram chamados quando os médicos-itinerantes não estavam por perto. Na sociedade

² WITTER, N. A. Dos cuidados e das curas: a negociação das liberdades e as práticas de saúde entre libertos, senhores e escravos (Rio Grande do Sul, Século XIX). Revista História UNISINOS. São Leopoldo: UNISINOS, v.1, n.1, Jan./abr.2006, p.15.



escravocrata os donos dos escravos também usavam dos conhecimentos destes negros para os seus tratamentos, como: curas, benzeduras ou o uso das ervas medicinais, o que muitas vezes levava estes cativos a uma “ascensão” social.

O cuidado com as doenças era um fator importante nas negociações entre os diferentes grupos sociais deste período, principalmente entre senhores e escravos. Na medida em que iam dominando a natureza brasileira, e a partir dos saberes herdados das culturas africanas, souberam tanto preparar medicamentos e tratamentos terapêuticos, quanto adquirir o respeito e o reconhecimento da população. Percebemos a história da saúde como campo de pesquisa onde é possível perceber as negociações entre senhores e escravos, sem deixar de levar e consideração à violência da escravidão.

Alegrete e algumas características da sociedade escravocrata

A sociedade escravocrata sofria adaptações diante suas diversas realidades. Esta região vinha sofrendo com guerras desde fins do século XVIII, tornando-se palco de inúmeros conflitos. Assim, o começo do século XIX exigiu o povoamento e a organização militar e civil da região a fim de proteger este território. Com a conquista desta região pelo domínio português, foram distribuídas várias sesmarias e por volta de 1810, muitos luso-brasileiros já estavam assentados na região que viria a ser o município de Alegrete, entre os rios Ibicuí e Quaraí. Esta região incorporou uma nova fronteira, apropriando-se de terras e de animais, e junto ao processo de conquista militar ocorreu à expansão da economia baseada na pecuária extensiva, que neste momento era a “campo aberto”, o que estruturou uma sociedade bastante complexa.

Alegrete se tornou um importante município da região da Campanha, com um significativo rebanho de gado *vacum*. Poder compreender esta sociedade, desde a elevação de Alegrete a vila, 1831, até o momento em que é extinto o tráfico negreiro, 1850, nos traz uma parcela da realidade vivenciada por estes escravos em uma região com aspectos peculiares, de fronteira e com a pecuária como atividade econômica predominante.

Em 1849, o Padre João Pedro Gay, pároco de Alegrete entre 1848 e 1849, na descrição que fez da cidade para o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, estimou que a população atual da Vila de Alegrete se aproximava aos 1.500 habitantes e na Campanha mais de 4.000. Segundo ele, na Vila, os africanos são pouco numerosos “e quase todos nos serviços internos das casas, exceto



poucas quitandeiras, que andam vendendo frutas, doces e pão³”. A maior parte dos escravos estava no campo. Temos uma dificuldade em estimar a população escrava para Alegrete, na primeira metade do XIX, pois os censos realizados não contemplaram a separação entre livres e escravos.

Para este período temos alguns dados. Vejamos. Segundo o trabalho de Marcelo Matheus “em 1845, de acordo com um levantamento por residências, havia 1224 fogos em Alegrete. Em 1846 (...) a população presumível era de mais de 8.425 pessoas”. Somente para a segunda metade do século XIX temos dois censos que separam livres de escravos. Em 1858 temos o total de 7.965 livres, 2.525 escravos e 209 libertos. De acordo com este censo “os escravos representavam 23,5% do total de habitantes da localidade, bem parecido com a porcentagem de escravos para toda a província, que era de 25,5%”⁴.

Segundo Luis Augusto Farinatti, a presença dos escravos era inevitável na pecuária, economia predominante em Alegrete. Esta atividade era baseada tanto no trabalho familiar, como na mescla entre o trabalho livre e o escravo (FARINATTI, 2007). Analisando o trabalho deste autor, Marcelo Matheus (2012) encontra, entre 1831 e 1850, 84% dos inventários com cativos, o que nos mostra a representatividade escrava nessa região:

“Grande parte dos pequenos criadores de gado tinham acesso à mão de obra escrava [...] Outro elemento importante: de 1831 até 1860, o valor dos escravos enquanto bem econômico, nunca ficou abaixo de 15% do total do patrimônio, de acordo com os inventários [...] Estes dados provam não só o quanto a mão de obra escrava era fundamental para a economia do município, mas, também, para produtores de menor envergadura [...] A posse de escravos estava disseminada pelos diferentes estratos sociais”⁵.

Não podemos deixar de refletir que esta era uma região de fronteira, o contato entre os dois países, Brasil e Uruguai, era inevitável, e as estratégias para sobreviver e crescer socialmente eram imprescindíveis. Com a abolição da escravidão no Uruguai houve um reflexo direto nas relações entre escravos e senhores, pois os brasileiros que possuíam propriedades no Uruguai continuavam levando seus escravos, porém, tentavam disfarçar a escravidão com contratos de trabalhos. Entretanto, a fiscalização das autoridades uruguaias tornou mais difícil esta atividade. Este contato com o país vizinho será um fator significativo nos processos que levarão à liberdade de muitos

³ TRINDADE, Miguel J. *Alegrete do século XVII ao século XX*. Volume 1. Porto Alegre: Editora Movimento. 1985. p.90

⁴ MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: OIKOS; Editora Unisinos, 2012. p.72 e 73

⁵ MATHEUS, op.cit., p.87-88



escravos no Rio Grande do Sul nos anos seguintes⁶ marcando as relações escravas no Alegrete. Por isso é necessário entender que a escravidão existiu nesse Estado e de forma significativa.

Escravos e saúde em Alegrete

Usando os registros de óbitos como fonte de pesquisa para o estudo dos escravos, é possível mapear diversas informações, que, muitas vezes, dependem de quem foi o seu redator, neste caso, o vigário da paróquia. Após a análise desta fonte, fizemos algumas considerações destes assentos segundo a causa morte, a idade do falecido, a época do ano e o sexo destes escravos.

Uma dificuldade ao identificar as informações registradas nos documentos de óbitos quanto à causa morte ocorre devido às diferenças do que atualmente são definidas como causa. Nos registros do século XIX, são consideradas causas morte elementos, hoje, tratados como sintomas de doenças e não a doença propriamente dita, como: inflamação, febre e dor de cabeça. Causas como: de repente, morte natural, de doença e doença crônica, também são elementos quase impossíveis de se classificar. Isso, às vezes, dificulta o trabalho do historiador de compreender, sob a ótica nosológica moderna, as doenças dos escravos e libertos. Estas doenças mal definidas também pode ser consequência de várias doenças distintas, que muitas vezes, por apresentar sintomas parecidos, têm sua identificação dificultada.

De acordo com os dados encontrados nos registros de óbitos e tendo como referência a classificação das doenças feita pela historiadora Mary Karasch⁷, classificamos as causas morte em oito grupos de doenças: I) Doenças Infeciosas e Parasitárias; II) Doenças do Aparelho Respiratório; III) Doenças do Aparelho Digestivo; IV) Complicações de parto; V) Acidentes, lesões

⁶ Sobre alforrias na região do Alegrete ver: MATHEUS, op. cit., 2012. SÔNEGO, Márcio F. *Cartas de Alforria em Alegrete (1832-1886):* informações, revelações e estratégias dos escravos para a liberdade. Dissertação Mestrado – PUC/2009

⁷ Segundo a autora, no livro: KARASCH, M. *A vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808 1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, os títulos para as categorias de causa de morte usadas no seu trabalho derivam, em parte, da “Lista Internacional de Causas de Morte” (4ª ed. rev.), em Edwin R. A. Seligman e Alvin Johnson, eds., *Encyclopaedia of the social sciences*, vol.11 (Nova York, 1959), verbete “mortalidade” Ela usou também uma abordagem não científica para o agrupamento de doenças. Onde não era possível identificar a causa de morte, ela colocou o sintoma na categoria que parece a mais próxima da parte do corpo afetada. Tendo em vista a dificuldade em identificar corretamente cada causa de morte, essa classificação só pode se aproximar das verdadeiras causas da mortalidade dos escravos (KARASCH, 2000, p.540). Estamos cientes de que sua classificação foi feita a partir de uma realidade escrava urbana, Rio de Janeiro, porém, por ser um trabalho de referência para este tipo de pesquisa, usamos sua classificação para Alegrete, uma região rural, mesmo com suas limitações.



e outras violências; VI) Doenças da Pele e do Sistema Celular Subcutâneo; VII) Causas morte mal definidas e VIII) Doenças do Sistema Nervoso.

Entre os óbitos assentados encontramos 26,2%, no Grupo I - Doenças Infecciosas e Parasitárias. Desses, 40,90% assentos são referentes à varíola. Esta doença era também denominada na época de bexiga e é uma das causas morte com maior incidência, 10,7% do total. Segundo Amantino (2007), o contágio desta doença se dava de forma direta (suor ou espirro) ou pelo contato com as secreções de um doente que poderiam contagiar outra pessoa que não estivesse imunizada ou pela vacina ou por já ter tido a moléstia. Esta doença acometia em todo o Brasil e representava um grave problema de saúde pública para as autoridades brasileiras. As formas de contágio dessa doença são facilitadas em regiões que possuem determinadas características, como umidade ou insalubridade, propícias ao desenvolvimento desta e de outras enfermidades.

Algumas características geográficas e do clima desta região, na primeira metade do século XIX, também são dadas, pelo Padre Gay, ao Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. Estas informações são essenciais para entender em que condições viviam esta população. Segundo ele: “A colina sobre a qual está assentada a Vila de Alegrete é bastante desigual. O terreno é pantanoso no inverno [...] Uns palmos de terra cobrem um pedregal [...] que conserva a umidade na estação das chuvas, tornando-a fria⁸”. Nessas condições geoclimáticas, podemos entender o porquê do Grupo I - Doenças Infecciosas e Parasitárias, ser o mais representativo entre os escravos. Bem como perceber que as Doenças do Aparelho Respiratório, Grupo II, representam 11,9% das causas morte, o segundo grupo mais representativo, com destaque para o defluxo, que era relacionado aos sintomas de gripe, como coriza e entupimento das vias nasais, cujo desenvolvimento destas doenças é facilitado em regiões com mais umidade.

Segundo a época do ano, observamos que a frequência dos óbitos dos escravos de Alegrete foi maior nos anos: 1831, 1832, 1840 e 1842, que corresponderam a 40,5 % do total de mortes, e os meses em que os escravos mais morreram foram julho e agosto, meses de clima mais frio e úmido. Os anos de menor incidência foram 1835, 1841 e 1850. Em 1831 a causa morte com maior incidência era a varíola, sendo também uma das principais doenças responsáveis por mortes nesse período na Província, tanto em escravos como entre os livres. Também se deve levar em consideração o fato de que muitas das epidemias que assolaram o Rio Grande do Sul, na segunda

⁸ TRINDADE, op. cit., p.88.



metade do século XIX, não se refletem nos registros de óbitos. Isto pode ter acontecido porque os períodos epidêmicos costumavam desorganizar as atividades cotidianas e, muitas vezes, os enterramentos eram feitos de forma apressada a fim de evitar os riscos de contágio, tão temido pela população (WITTER, 2007).

O sub-registro, provavelmente, interferiu no movimento de óbitos e, sobretudo, na ausência de mortes em certos anos. Pode ter como principais causas certos costumes e circunstâncias da Província em geral como: a anotação dos registros em folhas avulsas e a sua transcrição, tempos depois, para os livros; o retraimento da população em fornecer informações; a falta de controle dos sepultamentos e o clima de insegurança dos anos de lutas em que a Província esteve envolvida. Segundo Terezinha Belinazzo (1981) durante o mês de outubro, quando as atividades agrícolas eram mais intensas e as chuvas frequentes, a prática de sepultar os mortos sem dar conhecimento ao padre era mais rotineiro do que em outros meses. Durante o inverno também se adiava a visita dos padres ou a vinda à paróquia para fazer algum registro, bem como durante períodos de conflitos e/ou guerras. Muitos desses fatores faziam com que os falecidos fossem enterrados em cemitérios particulares, muito comuns nessa época, e não fossem registrados oficialmente.

Segundo a idade dos escravos falecidos usamos a seguinte classificação: Inocentes (0 a 7 anos), Infantes (8 aos 14 anos), Adultos (15 aos 49 anos) e Idosos (50 anos ou mais). Muitas vezes a idade do escravo era suposta pelo seu senhor, quase sempre com arredondamentos, o que pode evitar a precisão destes dados. Entretanto, dos 158 registros de óbitos de escravos de Alegrete, 86,7% declaravam a idade, o que facilita uma melhor compreensão deste item. De acordo com os dados encontrados pode-se perceber que a faixa etária com maior incidência de mortes foi a dos inocentes, que representaram 38% dos óbitos. Dos 60 óbitos registrados nesta categoria apenas 17 apresentaram a causa morte, ou seja, 71,7% dos registros não apresentam a causa, o que dificulta perceber quais as doenças que mais acometiam essa faixa etária.

Porém, constatou-se que 80% das ocorrências eram em recém-nascidos, de 0 a 1 ano de idade, e destes, 23,3% morreram antes de completar 13 dias. Assim, a maior parte das mortes de crianças dava-se ainda nos primeiros meses, quando os riscos de vida eram maiores pela exposição às moléstias. Como expõe Petiz, (2007), a morte dos inocentes também ocorriam devido às lesões durante o parto que, em geral, era realizado por parteiras ou curiosas que pouco ou nada podiam fazer quando nasciam crianças prematuras, e os dias que se seguiam ao parto tornavam-se críticos



devido à ameaça do tétano neonatal. Dessa forma, percebe-se que a mortalidade infantil representa um importante índice de uma situação social, tanto no passado como nos dias atuais.

Entre as causas que mais acometiam os inocentes (crianças de 0 a 7 anos de idade) está mal de sete dias (Grupo I) e defluxo (Grupo II), que representam 41,2%. Porém, dos 60 registros de óbitos para esta categoria, somente 17 apresentaram a causa morte, o que dificulta saber qual a doença que tinha maior incidência. Mas se pode inferir que as complicações pós-parto entre os recém-nascidos, as precárias condições de salubridade e falta dos cuidados necessários eram as principais causas morte, pois dos 60 casos, 12 ocorreram até os 12 dias de vida, 30 até os seis meses de idade e 45 até o primeiro ano de vida.

Assim como ocorre nas demais localidades da Província neste período, a incidência é de mais homens do que mulheres na população. E com os registros de óbitos não é diferente. Segundo o sexo, dos 158 assentos de óbitos encontrados, 96 eram homens e 62 eram mulheres. Alguns dados reforçam a tese do peso do fator biológico, como o fato de morrer mais homens e eles terem uma expectativa de vida menor que as mulheres. De fato, a mortalidade infantil é maior para os homens, assim como as mulheres são favorecidas geneticamente no campo das doenças infecciosas ou algumas doenças cardíacas. Mas essas diferenças não podem ser explicadas somente pelo fator biológico. Durante séculos os benefícios femininos no campo biológico foram neutralizados pela sua inferioridade social. As mulheres ficavam expostas aos riscos da gravidez e recebiam tratamentos inferiores quanto à alimentação, higiene e cuidados (ADAM; HERZLICH, 2001).

O trabalho de Luiz Augusto Farinatti nos traz alguns dados retirados dos censos e que são importantes para este estudo. Para o período de 1831 à 1850, ele constatou que a relação entre os sexos mostrava um desequilíbrio entre os escravos: 177 homens para cada 100 mulheres escravas. Essa alta taxa de masculinidade se deve também pela necessidade da mão de obra para as atividades econômicas do período, ainda que houvesse presença de mulheres e crianças, o que acentua a importância da escravidão, principalmente na produção pecuária⁹.

Com o intuito de mostrar a representatividade cativa nesta região, Marcelo Matheus também fez uma estrutura de posse escrava usando os inventários de 1829 a 1869. O autor dividiu a estrutura em dois recortes, o que nos interessa é o primeiro, de 1820 a 1849, com um total de 91

⁹ FARINATTI, Luis Augusto. *Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. 2007. 370f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. p.242-243



inventários arrolados, sendo “879 cativos, uma média de 9,5 por inventário”. Ainda segundo estes dados, 70,5% dos senhores detinham pequenos plantéis, mas somente 31% dos escravos estavam nestas escravarias. Enquanto que “os 29,5% de médios e grandes proprietários eram senhores de quase 70% dos cativos”. Realidade que pode ser comparada a outras localidades da província e do Brasil. Outra característica encontrada nestes inventários, em relação ao sexo: 61% dos cativos eram homens.¹⁰

No Grupo V “acidentes, lesões e outras violências”, verificam-se algumas diferenças entre os sexos e as incidências de causa morte. Os ferimentos por arma branca ou por arma de fogo, os assassinatos, os desastres e outras situações violentas somente fizeram vítimas entre o sexo masculino, enquanto que o caso de queimadura fez vítimas entre o sexo feminino. Isso leva a perceber os riscos ocupacionais de homens e mulheres o que pode refletir certos ofícios desempenhados por esta população.

O trabalho escravo era importante na região de fronteira. Os escravos do sexo masculino podiam trabalhar em todas as atividades da produção agrária. Nos inventários analisados por Farinatti (2007), foram encontradas poucas referências aos ofícios desempenhados pelas mulheres escravas, o destaque é para o trabalho doméstico. Segundo ele, é provável que as escravas fossem também roceiras nas pequenas propriedades, mesmo que não tenham sido encontrados dados referentes a esta ocupação. Entre as mulheres, além de ofícios semelhantes aos dos homens, como a de roceiras, também desempenhavam os serviços domésticos, cuidavam das esposas de seus senhores nos partos e da família nas suas enfermidades, e ajudavam a cuidar dos filhos das mesmas. Dentre os homens foram encontrados 53% de escravos com ofícios declarados nos inventários, entre eles o principal era o de campeiro, seguido pelo de roceiros¹¹, entre as mulheres o principal ofício era o de doméstica¹². O certo é que a pecuária era a principal atividade econômica da região e a mão de obra cativa era largamente difundida.

A saúde e a busca por melhores condições

Acreditamos que muitas dessas mulheres conseguiam melhor condição de tratamento pelos senhores ou até mesmo adquiriam a liberdade por terem sido cuidadoras destes. Percebemos pelas

¹⁰ Ver mais MATHEUS, op. cit., p. 82-85.

¹¹ FARINATTI, op. cit., p. 245-249.

¹² MATHEUS, op. cit., p.102-105.



alforrias que a saúde ou os cuidados com ela poderiam ser um motivo importante de estratégia usada tanto pelos escravos quanto pelos seus senhores. Sabemos que na primeira metade do século XIX os tratamentos para as doenças, na sua maioria, eram feitos por curandeiros, curiosos, boticários e quando possível por médicos. No dia a dia das fazendas era comum o escravo doméstico auxiliar seus donos quando estes e sua família precisassem de cuidados, criando muitas vezes vínculos afetivos.

A intenção aqui não é analisar os processos de liberdade. Interessa-nos, sim, é perceber se as manumissões tinham alguma motivação ou relação com a saúde, de ambas as partes, que possa nos ajudar a refletir as condições de vida desta população e a importância da saúde nestas relações sociais.

Percebemos que muitas alforrias eram dadas em agradecimento pelos serviços prestados aos seus senhores como “curadores ou cuidadores”¹³, nas suas moléstias, enfermidades, parto, cuidados com as crianças. E por outro lado, muitas alforrias eram dadas condicionalmente, em que o escravo deveria ficar até a morte de seu senhor a sua disposição, podendo ser para garantir a mão de obra ou também para garantir que teriam quem os cuidasse em possíveis enfermidades. Vejamos algumas manumissões que tem essas motivações:

Caetana Felicidade do Nascimento; parda/mulata; dt. reg. 11-09-35 (Livro 1, p.76r). Desc.: A carta foi concedida mediante pagamento de 600\$, [...] “preço que por sua senhora foi arbitrado para ter sua liberdade, com a única condição da dita parda Caetana o acompanhar enquanto ele libertador viva, tendo em consideração seu estado enfermo, e sua avançada idade para lhe dar o necessário tratamento, e quando não cumpra esta cláusula ficar sua liberdade sem efeito”.¹⁴

Geneveva; preta; Nação; dt. conc. 04-02-50; (Livro 2, p. 45r). Desc.: A carta foi concedida por que o marido da falecida senhora “pouco antes de falecer recomendou a sua esposa, logo que pudesse reformar a casa de escravos desse a liberdade a dita preta Geneveva, em remuneração ao muito e bons serviços que lhe prestou, principalmente na grande enfermidade de que faleceu.”

Benedita; preta; da Costa; dt. conc. 20-11-50; (Livro 2, p. 56v). Desc.: A carta foi concedida por que o marido da falecida senhora “pouco antes de falecer recomendou a sua mulher logo que pudesse reformar a casa de escravos desse a liberdade a dita preta Benedita, em remuneração do muito e bom serviço, que lhe prestou presentemente na grande enfermidade de que faleceu”.

Florinda; da Costa; 40; Sr. Joaquim Pereira da Silva; dt. conc. 02-05-36; de São Luís (Livro 2, p. 87r). Desc.: A carta foi concedida em retribuição aos bons serviços prestados, “no decurso de 26 anos, tratando-me nas

¹³ WITTER, N. A. Males e Epidemias: *Sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil* (Rio Grande do Sul, século XIX). 2007. 292f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

¹⁴ Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão*: catálogo seletivo de cartas de liberdade. Acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006. Livros Notariais de Transmissões e Notas - Livro 1 - 1831 a 1846



minhas moléstias com grande paciência [...] esta mesma carta de liberdade a obrigará a não sair de minha companhia sem meu consentimento e quando pratique ao contrário ficará esta carta de liberdade sem nenhum efeito pois deverá servir-me durante minha existência”.¹⁵

Joaquim; Nação; dt. conc. 16-01-54; (Livro 3, p. 84r). Desc.: A carta foi concedida “em remuneração dos muitos serviços que me tem prestado, e sofrido minhas impertinências esperando que minha filha leve a bem este ato de caridade, e para que possa gozar de sua liberdade caso eu venha a falecer primeiro”.¹⁶

Felipe; pardo; dt. conc. 24-05-80; (Livro 12, p. 116v). Desc.: A carta foi concedida “atendendo a estima de que se tem feito digno no correr de muitos anos que vive em minha companhia, sempre prestando-se da minha melhor boa vontade a servir-me, sem constrangimento, manifestando todo o interesse por mim e pelos meus, sofrendo as minhas impertinências com amistosa resignação e respeito, tornando-se não só um escravo fiel, mas um amigo dedicado, em cuja conta a tenho, por todos esses agradáveis motivos, dignos de todas as considerações e apreço, com a maior satisfação, [...] com a única condição de continuar a acompanhar-me e prestar-me os seus serviços gratuitamente, guardando-me o necessário respeito, obediência e amizade como no tempo que foi meu escravo”.¹⁷

Ricarda e sua irmã Umbelina; dt. conc. 25-06-68; (Livro 1, p. 89r). Desc.: A carta foi concedida em razão das “referidas escravas tornarem-se credoras, a primeira em razão de ter tido vários filhos e ter sido constantemente fiel e ter cumprido o mandado, e ter sempre velado e cuidado de minha casa, e de minha família, assim como sua irmã Umbelina ter sido ativa e ter tido o desvelo de cuidar e trabalhar o benefício de minha mulher desde ela solteira [...] ficando somente obrigadas minhas ditas escravas Ricarda e Umbelina, acompanhar-nos enquanto vivos formos, e jamais poderão abandonar-nos, assim como ficam obrigadas a prestar seus serviços em ocasiões urgentes que nos seja forçosa esta necessidade”¹⁸.

Muitos escravos eram alforriados por estarem doentes e velhos, como temos alguns exemplos a seguir. As motivações poderiam ser para evitar as despesas dos senhores com estes escravos, uma vez que os cuidados com a saúde eram caros, e quanto mais velhos fossem os negros menos rendimentos davam no trabalho:

Estevão (pardo) e sua mulher Benedita (Crioula); dt. conc. 03-12-49; (Livro 2, p. 40r). Desc.: A carta foi concedida “em atenção a sua vontade e idade e em recompensa dos bons serviços que me tem prestado”.

Francisco; Crioulo; dt. conc. 26-04-51; (Livro 2, p. 69v). Desc.: A carta foi concedida mediante pagamento de 400\$, “atendendo a súplica que me fez o escravo de minha Constituinte [...] cuja liberdade lhe é concedida, por esta quantia em consideração de ser o mesmo escravo Francisco já velho e aleijado de um braço”.

Benedito e sua mulher Maria; dt. conc. 26-10-52; (Livro 2, p. 126v). Desc.: A carta foi concedida em virtude de “convênio entre nós feito, devendo tocar no Inventário do nosso falecido Pai João Rodrigues Jacques a metade do valor dos escravos casados Benedito e Maria e o restante dividido por nós herdeiros com igualdade, para a liberdade de ditos escravos, pelo muito que tem servido a nossa casa, e atenção a sua idade, e serviços, lhe damos pela presente a sua liberdade”.¹⁹

Simplicio; Crioulo; dt. conc. 06-05-56; (Livro 4, p. 47v). Desc.: A carta foi concedida em retribuição aos bons serviços prestados e “enfermidade que [ele] sofre”.²⁰

¹⁵ Ibidem, Livro 2 - 1848 a 1853

¹⁶ Ibidem, Livro 3 – 1852 a 1855

¹⁷ Ibidem, Livro 12 - 1879 a 1880

¹⁸ Ibidem, Livro 1 - 1859 a 1877

¹⁹ Ibidem, Livro 2 - 1848 a 1853

²⁰ Ibidem, Livro 4 – 1855 a 1858



Justino Emiliano de Medeiros; preto; dt. conc. 11-04-72; (Livro 6, p. 7r). Desc.: A carta foi concedida [...] mediante requerimento feito pelo escravo, “querendo há 2 anos este entrar em acordo sobre sua liberdade, por não se conformar com o pedido de 50 onças por uma criatura, 1:600\$ por um assopro de vida. (...) O suplicante quer gozar liberdade [...], para a que dispõe de 800\$ que pode ser depositado se assim for determinado por Vossa Senhoria, sendo que o suplicante há mais de 8 anos dá mensalmente 20\$ de jornal, o qual até o presente já excede a cifra de 2:000\$, sem prejuízo de qualquer despesa com o suplicante que neste tempo decorrido se tem suprido, não obstante ser homem que tem sofrimento em sua saúde que é visível. Nestes termos espera da justiça de Vossa Senhoria que atenderá ao suplicante gozar de liberdade afim de poder cuidar de sua mulher livre e uma filha menor que tem, as quais também precisam de seus serviços”. A partir da petição feita pelo escravo, o Juiz proferiu a sentença “declara ser o suplicante doente a enfermidade que sofre [...] prove-se se preciso for com um exame de sanidade”. Os peritos declararam no laudo que o escravo valia 1:000\$ por ser doente, dinheiro depositado em nome de Agostinho Maria de Oliveira, procurador da senhora.²¹

Fernando; preto; Sra. Baronesa de Cambuí; dt. conc. 30-05-74; dt. reg. 10-10-74 (Livro 7, p. 22r). Desc.: O cativo, morador na Fazenda de Santa Eugênia, foi avaliado, no ano de 1869, por 100\$ “em razão de sua doença de idade”. A senhora se encontrava interdita “por sofrer em suas faculdades mentais e sob a curatela do cidadão João Pacheco Prates”, e o escravo, “por seu trabalho e economia adquirido um pecúlio suficiente para entregar o seu valor”.²²

Joana; preta; Africana; Sra. Leonor Teixeira Midório; dt. conc. 19-01-76; dt. reg. 17-02-76 (Livro 8, p. 5r). Desc.: A carta concede liberdade “em atenção aos serviços que a mesma tem prestado e seu estado morboso e valetudinário”. Por não saber ler nem escrever, a senhora pediu a sua filha, Eufrásia Umbelina Midório, que a fizesse e assinasse a rogo.²³

João; preto; Crioulo; oficial de pedreiro; Sr. Antônio Gomes Pereira; dt. conc. 20-05-64; dt. reg. 25-05-68; de Cachoeira (Livro 1, p.24v). Desc.: A carta foi concedida com a condição do escravo servir por mais 6 anos com as “condições seguintes: Os 6 anos que tem de servir devem ser livres de qualquer moléstia que o impossibilite de trabalhar por mais de um mês. Os serviços que tem de prestar-me são aqueles que um bom escravo presta, obedecendo a seu senhor, e nunca dando-lhe motivos de desgosto”.

Amália; 50; Sra. Inácia Lencina de Vargas (viúva de Alexandre de Vargas); dt. conc. 02-09-68; dt. reg. 26-10-68; de Garupa (Livro 1, p. 29r). Desc.: A carta foi concedida em razão da escrava ter sido avaliada no inventário do falecido marido da senhora, “nada valer por seu estado valetudinário”. Por não saber ler nem escrever, a senhora pediu a João Cesário da Silva que a fizesse e assinasse a rogo.

Felisberto; preto; Crioulo; idade: avançada; Sr. Francisco de Sá Brito (Doutor); dt. conc. 20-12-70; dt. reg. 07-01-71 (Livro 1, p. 47v). Desc.: A carta concede plena liberdade, “em atenção a sua avançada idade e a ter me prestado bons serviços [...] posto que desde muito o tempo o considero e trato como liberto para que não seja mais tido por ninguém como escravo”.

Mariana; parda; desta Província; 34; Sra. Ana Joaquina de Bittencourt ; dt. conc. 07-04-73; dt. reg. 02-05-73 (Livro 1, p. 87r). Desc.: A carta foi concedida com a condição de em “tempo algum se retirar da mesma casa e para se não sujeitar a miséria enquanto seu estado a pode lançar”, em atenção ao estado de saúde da escrava e aos bons serviços prestados.²⁴

Os escravos nesta região não existiam em generosas quantidades, por isso era necessário cuidar de um bem tão caro e essencial para a economia daquele período. Quando o escravo ainda

²¹ Ibidem, Livro 6 – 1872 a 1873

²² Ibidem, Livro 7 – 1873 a 1875

²³ Ibidem, Livro 8 – 1875 a 1878

²⁴ Ibidem, Livro 1 – 1859 a 1877



tinha condições de produção era cabível um cuidado com as doenças que os acometiam, pois era um investimento. Alguns senhores usaram boas quantias em dinheiro para os tratamentos de seus escravos. É o caso do Sr. Albino Pereira, falecido em 1840. No seu inventário é cobrado uma dívida de medicamentos e cuidados médicos. São no total 75 mil e 200 réis cobrados pelas despesas com quatro escravos, sendo que o escravo José Maria custou ao seu senhor 38 mil réis, pelos cuidados médicos e medicamentos. Segundo o trabalho de Marcelo Matheus, este escravo, que sozinho custou mais que o dobro das soma dos gastos com todos os outros cativos, era o seu pajem. Este, mesmo após ter sido alforriado, parece ter continuado a manter boas relações com a família do seu ex-senhor, continuando a trabalhar com os mesmos. Isto nos prova que alguns senhores se preocupavam com a manutenção de uma boa condição de vida e saúde de seus escravos, seja por ter por estes algum apreço devido a uma relação social construída, seja para manter seus bens econômicos.²⁵

Não sabemos como se dava as práticas de cura nesta região, que tratamentos existiam, o aceitamento e quem desenvolviam, pois até o momento não encontramos fontes que elucidasse esse assunto nesta região específica. O certo é que usavam os conhecimentos dos negros, escravos ou não, para os cuidados com a saúde, pois encontramos no inventário de Maria Joaquina da Silva, a descrição do negro escravo Antônio, de nação, 47 anos, cujo ofício desempenhado era o de barbeiro.²⁶

Pensando nas relações sociais entre escravos e seus senhores, pelo viés da Saúde, não podemos deixar de pensar que o Estado neste período prestava raros ou nenhum tipo de assistência, principalmente aos grupos mais baixos da hierarquia social. Dessa forma as relações pessoais eram imprescindíveis para garantir uma melhor condição de vida. Podemos pensar que muitas vezes alguns escravos tivessem melhor tratamento mantendo sua condição cativa, de acordo também com sua posição hierárquica na escravaria, do que muitos livres pobres que não tinham a quem recorrer ou quem os valesse.

Nossa opção na escrita deste trabalho teve como ponto primário a utilização de registros de óbitos, cruzando com alguns dados das alforrias e inventários *post mortem*, na tentativa de conhecer um pouco mais as condições de vida dos escravos e as relações sociais que surgiam diante das

²⁵ Matheus, op.cit., p. 122-130

²⁶ Inventários *post mortem*. Alegrete. Pr. nº 62, 1839. APERS



situações que envolvessem a saúde. É, contudo, uma amostragem e, como tal, seus resultados não devem ser vistos como absolutos. Este tipo de abordagem nos mostra apenas uma parcela da realidade vivenciada pelos escravos, porém nos traz considerações pertinentes ao aprofundamento da pesquisa quando relacionada a outros trabalhos quantitativos e qualitativos. Podemos usar essas informações como indicadores, ainda que iniciais, das condições da vida cativa em Alegrete neste período. Assim, a nossa intenção foi colaborar para um estudo significativo e bastante atual no meio acadêmico.

Bibliografia

ADAM, Philippe; HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da Medicina*. São Paulo: EDUSC, 2001.

ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE URUGUAIANA. Livro de registros de óbitos. Volume 1. 1822 à 1850.

BELINAZZO, Terezinha Maria. *A população da paróquia de Santa Maria da Boca do Monte. 1844-1882*. 1981. 296f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CARVALHO, Diana Maul. *Doenças dos escravizados, doenças africanas?* In: PÔRTO, Ângela (org.). *Doenças e Escravidão: sistemas de saúde e práticas terapêuticas*. Simpósio Temático do XII Encontro Regional de História – ANPUH/Rio-2006. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2007.

CHALHOUB, S. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

COSTA, Jurandir F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FARINATTI, Luís Augusto. *Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. 2007. 370f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

KARASCH, Mary. *A vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808 1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: OIKOS; Editora Unisinos, 2012.



MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense. 2003.

NOGUEIRA, André. *Feitiços e curas nas Minas do século XVIII*. In: PÔRTO, Ângela (org.). *Doenças e Escravidão: sistemas de saúde e práticas terapêuticas*. Simpósio Temático do XII Encontro Regional de História – ANPUH/Rio-2006. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2007.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam. O Rio Grande de São Pedro (1760-1825)*. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELI, César; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.75-90.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *Enfermidades de escravos: contribuições metodológicas para estimativas da mortalidade (Rio Grande de São Pedro, 1790-1835)*. In: PÔRTO, Ângela (org.). *Doenças e Escravidão: sistemas de saúde e práticas terapêuticas*. Simpósio Temático do XII Encontro Regional de História – ANPUH/Rio-2006. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2007.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Sangradores no Rio de Janeiro (século XIX)*. In: PÔRTO, Ângela (org.). *Doenças e Escravidão: sistemas de saúde e práticas terapêuticas*. Simpósio Temático do XII Encontro Regional de História – ANPUH/Rio-2006. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2007.

PÔRTO, Ângela. Pôrto, Ângela. *O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas*. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702006000400013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 fev. 2009.

PRIORI, Mary Del. *Ao Sul do Corpo*. RJ: José Olímpio/ EDUSP, 1993.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade*. Acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006.

SÁ, Magali Romero; HERZOG, Marilza Maia. *Doenças de além-mar*. In: PÔRTO, Ângela (org.). *Doenças e Escravidão: sistemas de saúde e práticas terapêuticas*. Simpósio Temático do XII Encontro Regional de História – ANPUH/Rio-2006. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2007.

SCHNOOR, Eduardo. *Documentos para a história da saúde dos escravos*. In: PÔRTO, Ângela (org.). *Doenças e Escravidão: sistemas de saúde e práticas terapêuticas*. Simpósio Temático do XII Encontro Regional de História – ANPUH/Rio-2006. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2007.

SÔNEGO, Márcio F. *Cartas de Alforria em Alegrete (1832-1886): informações, revelações e estratégias dos escravos para a liberdade*. Dissertação Mestrado – PUC/2009

SOUZA, Jorge Prata. *Registros de óbitos na Santa Casa de Misericórdia*. In: PÔRTO, Ângela (org.). *Doenças e Escravidão: sistemas de saúde e práticas terapêuticas*. Simpósio Temático do XII Encontro Regional de História – ANPUH/Rio-2006. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2007.



TRINDADE, Miguel J. *Alegrete do século XVII ao século XX*. Volume 1. Porto Alegre: Editora Movimento. 1985.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*. Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928. São Paulo: EDUSC, 1999.

WITTER, N. A. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. *Males e Epidemias: Sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. 2007. 292f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.